

OS RESTOS DO IMPÉRIO EM *O ESPLendor DE PORTUGAL*, DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES: ROMANCE, HISTÓRIA E MEMÓRIA

THE REMAINS OF THE EMPIRE IN O ESPLendor DE PORTUGAL, BY ANTONIO LOBO ANTUNES: NOVEL, HISTORY AND MEMORY

DOSSIÊ: O REALISMO E SUA ATUALIDADE

25 anos de Crítica Dialética na UnB



ORGANIZADORES:

Alexandre Pilati



Deane de Castro e Costa



Martín Ignacio Koval



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM

v. 34, n. 68, ago. 2025

Brasília, DF

ISSN 1982-9701



10.26512/cerrados.v34i68.57763

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 01/04/2025

Aceito em: 20/06/2025

DISTRIBUÍDO SOB



Edvaldo A. Bergamo  

UnB | edvaldobergamo@unb.br

Rogério Max Canedo  

UFG | max_canedo@ufg.br

Resumo / Abstract

Neste artigo, discorremos sobre aspectos teórico-críticos concernentes ao romance português contemporâneo da descolonização, notadamente acerca da produção literária de António Lobo Antunes (1942), com ênfase na obra *O esplendor de Portugal* (1997). O enfoque analítico adotado mira o enquadramento narratológico da aludida forma narrativa na atualidade, no tocante ao episódio histórico do fim do império colonial lusitano, aos desdobramentos estético-ideológicos da Revolução dos Cravos e às questões socioculturais atinentes à presença dos retornados do continente africano no pós-abril de 1974, em Lisboa.

Palavras-chave: António Lobo Antunes, *O esplendor de Portugal*, Revolução dos Cravos, descolonização, retornados.

In this paper, we discuss theoretical and critical aspects concerning the contemporary Portuguese novel of decolonization, notably the literary production of António Lobo Antunes (1941), with emphasis on the novel *O esplendor de Portugal* (1997). The analytical approach adopted aims at the narratological framework of the aforementioned narrative form, in the present day, regarding the historical episode of the end of the Lusitanian colonial empire, the aesthetic-ideological developments of the Carnation Revolution and the sociocultural issues related to the presence of returnees from the African continent after April 1974 in Lisbon.

Keywords: Antonio Lobo Antunes, *O esplendor de Portugal*, Carnation Revolution, decolonization, returnees.

Como é que regressa a África? [...] Não sei explicar. Se soubesse explicar não valia a pena escrever livros. Queria meter tudo lá dentro. A vida toda. Toda lá dentro¹ (António Lobo Antunes)

AS DESCOLONIZAÇÕES DO SEGUNDO PÓS-GUERRA OU UMA NOVA ERA DAS REVOLUÇÕES

A aceção moderna do conceito de revolução e/ou da práxis revolucionária surgiu com base em alguns princípios histórico-filosóficos decisivos na contemporaneidade: o sentido de precipitação do tempo, o propósito coletivo dos movimentos políticos, o carácter geral e irreversível, o aparecimento de algo novo e original e, por tabela, a recusa de entender o passado como um dado irrevogável pela dinâmica atual.

Os emblemáticos anos 60/70 do século XX estabeleceram um marco epistemológico significativo em diversos aspectos do conhecimento humano-científico, propiciando a ruptura em múltiplos campos da vida social, cultural, política e econômica, em dimensão global. São patentes, por exemplo, o rompimento de paradigmas tradicionais concernentes ao antigo processo europeu de colonização e a ação emergente dos povos subalternos, subjugados e em luta pela liberação de imensas regiões tomadas, uma atuação manifestadamente questionadora que caminhou em estreita correlação com as novas concepções historiográficas vigentes e em ascensão, vindo a influenciar de modo decisivo na reconfiguração da forma literária do romance de extração histórica, atinente ao passado colonial de dominação dos trópicos e à experiência relativamente recente ou nem tanto de desocupação de enormes extensões de terra a sul, submetidos pela máquina mercante a norte do hemisfério. Sob tais influxos estéticos e ideológicos, o romance contemporâneo da descolonização caracteriza-se pela representação desconcertante de contradições de um tempo de possessão duradouro que ainda reverbera numa coetaneidade indagativa.

Existe uma relação emblemática entre literatura, história e memória. É sobremaneira conhecida a relevância do artefato literário para a constituição da memória histórica entre os diferentes grupos humanos. Nesse sentido, o artífice da palavra funciona como “mediador” entre o passado e o presente para se compreender as tendências sociais e as forças políticas em disputa pelos rumos da história. Assim, a invenção literária, a *poiesis*, mais que uma forma de conhecimento, pode ser o suporte de muita informação indispensável de temporalidades mutantes, porque articula arte e ciência, imaginação criadora e indagação interpretativa, elaborando esteticamente o recordado e o esquecido, sem abrir mão de uma posição crítica frente aos fatos pretéritos que repercutem na vida cotidiana em transformação. Para o teórico húngaro György Lukács,

os grandes romancistas têm de investigar profundamente os fundamentos sociais da ação individual, têm que analisá-los através de múltiplas mediações para fazê-lo aparecer como qualidades e como paixões vividas por pessoas particulares; eles têm que percorrer vias extremamente complicadas para resgatar, sobre o plano sensível, entre o que aparece como “partículas isoladas”, as verdadeiras conexões sócio-econômicas – tudo isso para alcançar o novo sublime romanesco, o sublime que nasce do “materialismo da sociedade burguesa” (Lukács, 1992, p. 179).

A premissa exposta por Lukács, assim, parte do princípio de que a arte, em particular a produção do romance, não se dissocia da percepção e da recuperação da história humana. Observa-se, portanto, que no campo dos estudos literários, o método compositivo de extração histórica é igualmente uma espécie de testemunho para dar contorno ficcional ao material da reminiscência de antanho, arquitetando sentidos constitutivos do tempo em movimento contínuo, como memória pública interveniente. A performance diegética interroga a verdade histórica, convocando a rememoração dos acontecimentos, numa intersecção entre narratividade e temporalidade. Tal ação de problematizar a memória visa a compreender os usos políticos que se estabelece como exercício de inquietação entre história e memória, que somente o relato polifônico pode tensionar com abrangência e propriedade.

¹ Entrevista de António Lobo Antunes concedida ao *Semanário Expresso*, em 19 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://expresso.pt/cultura/2017-02-19-Antonio-Lobo-Antunes-Nao-me-e-facil-viver-comigo-Parece-que-estou-sempre-em-guerra-civil>>. Acesso em 27/03/2025.

Tal conformação literária não busca evidentemente uma explicação unânime e definitiva sobre os acontecimentos de outrora, mas abrir possibilidades de interpretação dos feitos ocorridos, propiciar uma hermenêutica dos tempos idos, instar um relato perquiridor, exegético como potência inventiva fecunda que permite abordar os sentidos e as dimensões da memória como a fabulação de sujeitos que agem no tempo e no espaço da existência humana em devir.

É nesse sentido que um modo de produção do romance ganha importantes contornos como forma literária particular de recuperação e problematização do passado. O romance histórico passa a ser, por excelência, a forma literária mais próxima da relação entre produção estética e vida material; romance e história. Trata-se de um paradigma estético de extração histórica que surge, segundo a teoria de György Lukács (2011), com o inglês Walter Scott e é difundido por toda a Europa, com especial destaque para o resultado da produção desse protótipo narrativo na Inglaterra. De modo geral, ao longo de mais de dois séculos de produção do romance histórico², é notório dizer que a posição do romancista dessa forma literária particular, ao promover essa relação de proximidade entre a ficção e a história, consegue “figurar na própria vida os contextos reais que ultrapassam a causalidade imediata” (Lukács, 2011, p. 379), daí a sua validade literária. Em síntese, o romance histórico não se propõe a reproduzir de forma verossímil um simples recorte da existência, “mas antes – com sua caracterização de uma parte limitada da realidade, apesar de toda a riqueza do mundo figurado – despertar no leitor a impressão da totalidade do processo social em desenvolvimento” (Lukács, 2011, p. 173). Os romances históricos bem conseguidos, portanto, “realizam um retrato amplo e rico da vida do povo e do ‘indivíduo histórico-mundial’ como o supremo resumo e encarnação das tendências mais significativas de uma transição importante na vida do povo” (Lukács, 2011, p. 377-378).

A concepção mais corrente sobre a moderna “era dos impérios” enuncia a existência de grandes extensões, demarcações espalhadas pelo globo sob o domínio político-administrativo de potências estrangeiras. A posse envolve territórios e povos provenientes de diversas regiões que não são necessariamente geografias contíguas. Significa a concretização do mandonismo autocrático para reger e influenciar amplas dimensões dos hemisférios, em âmbito financeiro, cultural, religioso, linguístico, educacional, jurídico, entre muitos outros fatores. Como exemplos marcantes temos Portugal, Espanha, Inglaterra e França, que dominaram enormes porções de terras ao redor do mundo por séculos. Em geral, referem-se a nações europeias que se constituíram em grandes Estados com amplos poderes capazes de exercer a autoridade e o controle de zonas subordinadas. Pode-se referir igualmente a uma práxis discricionária que consegue se impor graças à robustez econômica e militar, expressando autoridade, domínio e preponderância, no desígnio de subjugar grupos vencidos. Uma condução imperial é instituída quando exerce o arbítrio sob o comando das armas para angariar riquezas e privilégios, como pretensão de soberania atemporal, liderada por uma elite oligárquica, caracterizada por uma estrutura de caráter despótico. Um império é uma pretensa unidade composta por fronteiras espaciais de caráter intercontinental, envolvendo etnias diversas sob um comando externo adventício. O centro, a cabeça do império (a metrópole), procura desempenhar uma influência governativa cerrada sobre as periferias anexadas. Assim, o termo império é uma categoria de análise, pois se refere a uma conceituação que abrange aspectos com características confluentes e/ou convergentes que se inter-relacionam, avolumando o debate literário, historiográfico, sociológico, antropológico, etnográfico na contemporaneidade sobre tal categoria hermenêutica de exegese crítica consequente. De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri:

Desde o começo, portanto, o Império põe em movimento uma dinâmica ético-política, que jaz no coração do seu conceito jurídico. Esse conceito jurídico envolve duas tendências fundamentais, a primeira delas é a noção de um direito afirmado na construção de uma nova ordem que envolve todo o espaço daquilo que ela considera civilização, um espaço ilimitado e universal; a segunda é a noção de direito que abrange todo o tempo dentro de seu fundamento moral. O Império exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em outras palavras, o Império

2 Dentre as várias obras escritas, as principais narrativas ficcionais de extração histórica produzidas pelo romancista escocês foram *Waverley* (1814), *Rob Roy* (1818) e *Ivanhoé* (1819).

apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário (Hardt; Negri, 2014, p. 28-29).

“Num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial” (Hobsbawm, 1988, p. 88). A empresa colonial demarcou o desenvolvimento do capitalismo e da chamada globalização da época moderna. A tentativa de universalização da visão de mundo por meio de perspectivas e referenciais europeus foi fundamentada e legitimada por práticas que repercutem nos espaços de produção e circulação de mercadorias e de informações, como metas de hegemonia que cruzam temporalidades. A modernidade destaca-se especialmente pela industrialização, constituição de um mercado mundial, ciência empírica e positivista, cristianização e adoção de competências tecnicistas. Como um plano de progresso e civilização, a modernidade não pode ser dissociada da colonialidade do saber e da colonialidade do poder, instituindo a necropolítica como processo de subalternização do outro na validação da violência, do autoritarismo e do racismo nas práticas de autoinscrição interdita de qualquer alteridade dissonante ou divergente. A condição histórica retratada caracteriza-se por um conjunto de ideários e de doutrinas que afere e sopeia os impasses deixados pelo legado do colonialismo tanto nos países colonizados quanto nos colonizadores. É preciso afrontar o relato evolucionista unilateral que justificava racionalmente os processos truculentos de colonização, por serem portadores de um propósito de desenvolvimento a ser difundido do centro para a periferia, ao contemplar alguns setores e excluir outros. O limite dessa política “expansionista”, usurpadora e truculenta, afirma-se pelo que Achille Mbembe define por necropolítica ou pelo que Frantz Fanon (2005) caracterizou como o mundo compartimentado da violência colonial. A partir de um *modus operandi* particular ao colonialismo, Mbembe desenvolve a tese de que há uma sistemática produção do terror e da morte por parte das hegemonias colonialistas na promoção voluntária de guerras, homicídios, suicídios e afins. O historiador atesta que “O estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2018, p. 17). Mbembe passa a levantar as hipóteses dessa ordem estabelecida: “se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” (Mbembe, 2018, p. 124). O que está no centro desse modo de organização das soberanias é a sua própria sobrevivência:

Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder [...]. Soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais (Mbembe, 2018, p. 123).

A marcha da descolonização lusíada processou-se de forma extremamente acelerada, pois, após a Revolução dos Cravos de 1974, o novo governo de cariz revolucionário pretendia mitigar a memória do antigo regime ditatorial, a fim de superar o passado tirânico e isolacionista do país, almejando que Portugal efetuasse uma aproximação do bloco de países europeus democráticos, no intuito de alterar a imagem nacional e buscar a sua modernização econômica, social e cultural. Consoante Lincoln Secco:

O início do Terceiro Império colonial português foi marcado pela perda da América portuguesa. Essa América que foi, desde então, procurada na África (Novo Brasil), quando em verdade só se desejava buscar (e reencontrar) a Europa. E o fim desse mesmo império foi marcado pela perda da África e o suposto reencontro com a Europa. Por isso, toda essa história girou em torno de continentes. Mais as ideias que se fizeram sobre eles do que das reais e profanas extensões de terra. Elas já estavam configuradas no oitocentismo (Secco, 2004, p. 25).

A acelerada e desordenada descolonização dos territórios ocupados há séculos suportou, de tal modo, em face da vida comunitária em reconstrução, um processo de aniquilamento da memória coletiva, sem que houvesse algum tipo de eloquente e efetiva inquirição da conjuntura histórica em

mudança substancial à época e com prolongamentos inequívocos na contemporaneidade. Para o pensador da cultura portuguesa, Eduardo Lourenço:

Como era de esperar, não seria uma revolução caída do céu militar que poderia repor miraculosamente o país em condições de se adaptar, enfim, *àquilo que é e que pode*. As contas a ajustar com as imagens que a nossa aventura colonizadora suscitou na consciência nacional são largas e de trama complexa de mais. A urgência política só na aparência suprimiu uma questão que também na aparência o país parece não se ter posto. Mas ela existe. Querendo-o ou não, somos agora outros, embora como é natural continuemos não só a pensa-nos como os *mesmos*, mas até a fabricar novos mitos para assegurar uma identidade que, se persiste, mudou de forma, estrutura e consistência. Chegou o tempo de *existirmos e nos vermos tais como somos* (Lourenço, 2005, p. 116, grifos do autor).

Fracassadas ou vitoriosas, as revoluções são grandes consumidores de imaginário activo. Não é o que mobiliza o eu profundo ou por ele é mobilizado. Surge assim uma espécie de contradição entre a vertigem secreta do imaginário e o fulgor da sua urgência histórica. O nosso momento revolucionário teve, contudo, uma singularidade: a de ter convocado, ao mesmo tempo, as duas formas de imaginário. Mais que revolução vivida, a nossa foi logo, desde o início, revolução sonhada (Lourenço, 1994, p. 292).

Isto posto, o romance português contemporâneo da descolonização tem sido o *locus efabulativo* privilegiado para narrar as derivas, as dinâmicas controvertidas dos inúmeros processos transistóricos de desocupação territorial e reapropriação nacional, numa perspectiva reminescente que entrelaça império, resignação e memória, em vista de tempos idos que continuam a repercutir num presente instado a um futuro mais cooperativo.

ANTÓNIO LOBO ANTUNES E O RETORNO IMPERTINENTE (DE ANGOLA A PORTUGAL)

A maneira pela qual o romance português contemporâneo, pelas vias da ficção, dialoga com a história portuguesa, está estritamente relacionada com a história do antigo império colonial português. O percurso histórico relacionado ao período em que vigorava esse estatuto geopolítico lusitano, assim como os eventos decorrentes dele, parece ser um propulsor para determinada parcela da ficção portuguesa contemporânea, sobretudo no que tange ao registro de um ainda insistente incômodo causado pelas desastrosas consequências da manutenção e pelo tardio fim daquele antigo império, cujo “[O] Sol, logo em nascendo, vê primeiro/Vê-o também no meio do Hemisfério/E quando *dece* o deixa derradeiro”³ (Camões, 1972, p. 73, grifos do editor). Tanto é assim que a literatura portuguesa, mais particularmente o romance histórico português, produzido nas últimas quatro décadas, pelo menos, tem insistentemente se voltado ao assunto da guerra de libertação nas terras do Ultramar; do desmanche da antiga metrópole colonizadora e de seus reflexos, ainda bastante aparentes.

Parte significativa da produção romanesca de Lobo Antunes corresponde àquela parcela da arte que pretende um diálogo profícuo entre a literatura e a história. Mais particularmente, *O esplendor de Portugal*, publicado em 1997, confirma que o escritor português em causa se dedica a uma forma literária específica, regularmente muito praticada em Portugal desde Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Eça de Queirós a José Saramago, Lídia Jorge e o próprio António Lobo Antunes, a saber, o romance histórico.

No criticamente reconhecido romance de Lobo Antunes, ficção e história se entrecruzam e se complementam dando à matéria narrada uma tessitura que recoloca a questão africana, de língua portuguesa, no centro da discussão, problematizada a partir de uma visão por dentro desse antigo império colonial. Para Maria Alzira Seixo, “a experiência colonial é um dado multímido nas letras portuguesas das últimas décadas, fornecendo matéria para vários tipos de reflexão, seja de natureza cultural ou literária”. No tocante à obra de António Lobo Antunes, a imersão no contexto de sua escri-

3 Canto 1, Estância 8 de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões.

ta é reveladora da nação em transformação, tendo em vista que o escritor parte de “um lugar privilegiado para o estudo dessa situação humana complexa [...] nomeadamente através da problematização da identidade, do sentimento de pertença e da relação com o outro” (Seixo, 2002, p. 499-500).

Junto a outros dois romances de extração histórica do aludido escritor, *Os cus de Judas* e *As naus*, *O esplendor de Portugal* configura força estética e adensamento político que coloca a produção do autor português como uma das realizações artísticas mais destacáveis em relação à ponderação luso-ibérica sobre o próprio passado. A respeito da capacidade de tal gênero literário de captar a vida material de determinada sociedade e tempo histórico, Lukács atesta:

[...] o mundo do romance se limita cada vez mais à realidade quotidiana da vida burguesa, e as grandes contradições motoras do desenvolvimento histórico-social são representadas somente na medida em que se manifestam de maneira concreta e ativa nesta realidade quotidiana. Essas contradições, todavia, são representadas, e o realismo da vida quotidiana, a recém-descoberta “poesia da realidade quotidiana”, a vitória artística sobre a prosa desta realidade, tudo isso não é mais do que um meio para a representação concreta dos grandes conflitos sociais da época (Lukács, 1999, p. 102).

O romance de António Lobo Antunes é a deflagração de um estado espiritual, social e político português que a literatura pôde iluminar com liberdade e propriedade de elaboração, até porque está inserida no estatuto ficcional. Em particular, *O esplendor de Portugal* faz parte de um conjunto de publicação de romances que surge posteriormente a 1974, ano fulcral na história do país em pauta, marcado pela Revolução dos Cravos, ideada pelos “Homens de Abril”. Trata-se de um movimento social-militar que destitui Marcelo Caetano, sucedâneo de Salazar no país e que pôs fim a um dos mais longevos estados de exceção da Europa, assim como viabilizou, no ano seguinte, a oficialização das independências das colônias lusófonas no continente africano. O romance de Lobo Antunes é uma nítida contestação à condução de parcela importante da história nacional lusa. Em outras palavras, há, em *O esplendor de Portugal*, um nítido contato com a história do antigo império colonial português. Todavia, não é um contato imediato, ou direto e, certamente, não se trata de uma intenção puramente cronológica de retorno ao passado com o afã de noticiá-lo documentalmente. Antes, trata-se de um esforço plástico-artístico para problematizá-lo pelas veredas contraditórias da ficção.

Em linhas gerais, o chamado império colonial português inicia-se em 1415 com a conquista de Ceuta, no norte da África, ainda que em termos de colonização esse espaço geopolítico não tenha sido efetivamente conquistado pelos lusitanos que, por seu turno, intentaram esse objetivo até 1578, ano da morte do jovem rei D. Sebastião à frente de seu exército em terras marroquinas. Posteriormente, o poderio português se estende pela África, Ásia e pela América do Sul, sob a bandeira da expansão política, mercantil e religiosa. Por determinadas condicionantes históricas e econômicas, esse império colonial manteve a sua alçada, sobretudo no continente africano, até a segunda metade do século XX, portanto, mais de cinco séculos de ocupação, colonização e exploração nessas terras. Diferente do Brasil, a maior parte das colônias portuguesas só se torna independente no século XX, depois de inúmeros e sistemáticos confrontos denominados pelos portugueses de guerra colonial, ou guerra do Ultramar e, pelos homens das ex-colônias, denominados de guerras de libertação. A guerra de libertação, assim, se constituiu pelos diversos confrontos entre as forças armadas portuguesas e as forças organizadas de libertação de países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, na África. Apesar de os embates entre colonizadores e colonizados sempre existirem, é a partir de 1961 que se intensificam os confrontos entre as forças armadas portuguesas e as forças de libertação das colônias, ano em que Angola empreende forte resistência aos portugueses na região do antigo Zaire e Quanza-Norte. A guerra colonial se intensificava ano após ano, trazendo como saldo o massacre e a destruição de povos inteiros no continente africano, em nome da manutenção do império colonial português.

O ano emblemático de 1974 torna-se importante, na medida em que põe fim a um longo período de ditadura militar em Portugal, reestabelece a democracia e determina um fim ao assombro das diversas guerras entre colonizadores e colonizados. O levante revolucionário, liderado pelas patentes intermediárias do exército português e apoiado pelo povo nas ruas, aciona uma mudança essencial

nos rumos da política portuguesa. Portugal vivia sob o jugo de um regime autoritário que intensificava os imperativos do estatuto colonial português com a manutenção de grande efetivo bélico nas possessões em África, combatendo, matando e buscando garantir as conquistas empreendidas desde o século XV. A segunda década do século XX do mencionado país ibérico já apresenta o gérmen da nefasta condição política que emergiria em breve, dando sinais daquele que seria um projeto para a sedimentação de um estado de exceção. O desdobramento se dá, sobretudo, no ano de 1933, com a implantação do Estado Novo, quando assume a presidência do Conselho de Ministros de Portugal o militar António de Oliveira Salazar. Por isso mesmo, desde então, o período passa a ser historicamente conhecido por Salazarismo. O líder aludido governa o país de 1933 até 1968, ano de sua morte. Em vista disso, 35 anos de comando do regime ditatorial estiveram nas mãos de tal chefe-supremo. Com a Revolução dos Cravos, oficiais militares descontentes e rebelados, com o suporte da população, derrubam a autocracia vigente, promovendo o fim do ordenamento despótico e possibilitando eleições democráticas. Com o novo direcionamento político do país, o empenho militar das forças armadas nas colônias deixou de fazer sentido e a nação ibérica, com uma organização política e social de conotação libertária e popular, formalizou os processos de independência das colônias, já em andamento com esse fim desde, pelo menos, o início dos anos 1960.

O romance de extração histórica de Lobo Antunes, aqui em discussão, representa o saldo, o trauma ou o fantasma desse antigo império colonial português, revisitado pela estratégia de recuperação da memória de um narrador que, ainda que criado ficcionalmente, se confunde por vezes com a experiência pessoal do próprio autor, tendo em vista o engajamento concreto de Lobo Antunes no exército português em África. Em particular, nesse romance, os personagens centrais são trespassados pelas lembranças do fato histórico vivido, que reconstroem o período histórico das guerras de libertação ou de seus reflexos no presente português e que, por sua vez, reconfiguram o destino dos próprios personagens, invariavelmente afetados pelos traumas daqueles tempos idos. Esse olhar do escritor português carrega uma reflexão muito contundente sobre os resultados sociais, vivenciais e psicológicos que culminaram na condição do homem luso contemporâneo, seja pela insistência à lembrança ou pela impossibilidade de se livrar das marcas ignóbeis de um passado tirano e opressor. São, no mínimo, quatro décadas da produção do romance histórico português que conduz à reflexão acerca de uma memória sobrevivida recente e sobre como essa ação pretérita pode ser reconhecida na vida cotidiana da sociedade portuguesa.

Em *O esplendor de Portugal* o que se vê narrado é mais nitidamente a derrocada do império colonial português, e não tanto as batalhas travadas nas terras africanas subsaarianas. Avançando no tempo histórico em relação aos romances anteriores, nessa obra, Lobo Antunes ficcionaliza o fim do império e a sua situação ambivalente. Há a constatação de uma subserviência portuguesa, ainda que não confessada, assim como a de uma resistência de parcela dos colonizadores em relação ao colonizados, mesmo depois de terem sido vencidos. O que ocorre é que com a Revolução de 25 de abril os portugueses residentes nas ex-colônias são obrigados a retornar a Portugal. No entanto, alguns poucos homens e mulheres insistiram na continuação em África, já que esse segundo e diminuto grupo buscava resguardar os bens que usurparam ao longo de séculos naquelas terras, como é o caso da personagem Isilda, mãe dos principais narradores-personagens. Assim, os portugueses aferrados a um tempo ultrapassado precisavam conviver com a reapropriação pelos angolanos daqueles haveres outrora extorquidos, por via da força e da exploração, pelos colonizadores:

— A tua casa é do povo, camarada
a minha casa trocada por uma página de bloco quadriculado com manchas de
gordura e carvão, soldados no quarto da minha mãe, nos quartos dos meus fi-
lhos
[...]
— Está casa é do povo, camarada (Antunes, 1999, p. 82-83).

Aqui vale um parêntese para dizer que com a independência das ex-colônias africanas quase um milhão de portugueses voltam da África para Portugal, é o chamado fenômeno dos Retornados. No enquadramento fabulativo de Lobo Antunes, Carlos, o irmão mais velho de uma família de colonos brancos, que há gerações se estabeleceu em Angola, narra a transição conturbada do período

colonial para o período posterior às independências das ex-colônias portuguesas. É um dos narradores-testemunhos que promovem a recuperação de uma memória interdita, de uma reminiscência avassaladora e incômoda de homem retornado a um Portugal modificado, mesclando ao presente narrativo as experiências vividas no pretérito, no continente africano. O que esse relator põe em tela é a condição de homens trespassados pelo desalento e pela angústia por causa de um pregresso traumático, quando foram compelidos a volverem à distante pátria colonizadora, deixando lá sua controversa genitora, Isilda. Em correlação estreita com o movimento histórico, trata-se de uma estirpe portuguesa que se tornou abastada com a exploração das terras e dos homens para o cultivo de algodão e, por isso, a matriarca não aceita renunciar ao poderio econômico até então conquistado e opta por ficar e tentar resguardar as posses adquiridas e, por conseguinte, ter de lidar com uma nova conjuntura política incontornável, muito diversa daquela anterior, de cariz autoritária. Além disso, Isilda tem de encarar um complicado entrecruzamento de novas batalhas bélicas, desta vez entre os homens do próprio território em contenda, a chamada guerra civil. Por seu turno, os conflitos fratricidas ocorridos particularmente em Moçambique e Angola tinham por razão central a querela interna pelo poder e condução dos países recém libertos. Tais embates só chegaram ao seu término oficial nesses países, respectivamente, em 1998 e 2002, a partir de acordos firmados entre os grupos em motim. No caso de Angola, os principais oponentes internos em confronto foram o MPLA e a Unita, enquanto em Moçambique o país era disputado pelas forças da FRELIMO e da RENAMO⁴. Em síntese, o que o romance em apreço coloca em pauta é o questionamento sobre a fadada e infrutífera longevidade do império colonial português e a gama de traumas e desajustes sociais, econômicos e psíquicos que a durabilidade desse império provocou na vida pública e particular de agentes históricos, anônimos ou célebres:

— Adormece, Carlos?

quando eu não tinha adormecido, não podia adormecer, nunca poderia adormecer, tinha de ficar horas e horas de olhos abertos, quieto, no escuro, para que ninguém morresse dado que enquanto qualquer coisa no meu peito oscilasse da esquerda para a direita e da direita para a esquerda continuávamos a existir, a casa, os meus pais, a minha avó, a Maria da Boa Morte, eu, continuaríamos todos, para sempre, a existir (Antunes, 1997, p. 73).

Quero lá saber de Angola não me falem de Angola deixem-me em paz com Angola há séculos que Angola palavra de honra acabou para mim (Antunes, 1997, p. 98).

Não podíamos respirar de alívio porque os enforcados, porque os leprosos, porque as traineiras largando para a pesca entre cadáveres e gaivotas e aqueles pássaros magros, porque o homem a apodrecer no caixote de fruta no navio de Luanda a Lisboa, porque as hienas penduradas no pescoço do búfalo, do meu pescoço, porque as cartas da minha mãe por abrir na gaveta, porque não eram tanto as mentiras eram as verdades que deixavam de existir e então às vezes acordava no meio da noite em África ouvindo a terra e os suspiros da terra com o relógio garantindo não não não não não não (Antunes, 1999, p. 290).

O esplendor de Portugal é um romance sustentado pelo fluxo de consciência dos narradores-testemunhos envolvidos diretamente no despótico empreendimento colonial. Dessa maneira, trata-se de uma recuperação de eventos marcantes de desocupação atabalhoada do território africano e reinserção num novo espaço não mais metropolitano, que está intimamente condicionada à ausência

4 Movimento Popular de Libertação de Angola, União Nacional para a Independência Total de Angola e Frente de Libertação de Moçambique e Resistência Nacional Moçambicana, respectivamente. Registra-se que outros importantes grupos de emancipação também existiram, ainda que os mencionados aqui tenham ganhado maior representatividade e relevância política, sobretudo nos últimos anos das guerras de libertação e, principalmente, no período das guerras civis.

de superação de um trauma que determina o modo de vida, ou sobrevida degradada, dos narradores-testemunhos. Senão, vejamos:

Catorze dias ao léu na cobertura do navio sem toaletes nem espaço para nos deitarmos, sopas e feijões ao meio dia e à noite, uma balde para as necessidades vertido borda fora alegrando os golfinhos, as hélices remexendo-nos a comida no estômago, inclusive na piscina, inclusive nos salva-vidas viajavam pessoas, sacos, baús, malas, um piano despedaçado, periquitos, Luanda a apequenar-se aos pulos até os coqueiros das ilha se evaporarem, já não sobrava nada da África, só limos e criaturas chorosas e a Lena de palma horizontal na sobancelha (Antunes, 1999, p. 262).

Nesse romance, o resultado íntimo da família de Carlos é o esfacelamento completo dos laços afetivos entre os irmãos que voltaram a Portugal nas condições aludidas e que, por seu turno, também não preservam qualquer laço minimamente afetivo com Isilda, a matriarca que ficou a tentar resguardar as posses, retidas no novo país africano em construção. A experiência privada da família de Carlos está diretamente relacionada e dependente da farsesca (in)consciência coletiva do antigo império colonial português sendo, por isso mesmo, uma mostra do esfacelamento de todo o aparato em suas condições materiais e imateriais. Conforme o ponto de vista em destaque da personagem progenitora:

O meu padrinho costumava a dizer que a diferença entre a Europa e a África era que a Europa se esquecia da gente enquanto a África não se lembrava se quer e morava em Angola por preferir ser não sendo a ter sido um dia, anos e anos num gavetão de cemitério e num retrato da sala que se ignorava a quem pertenceu (Antunes, 1999, p. 316).

Ademais, a retomada paródica do hino nacional no título do romance por parte de Lobo Antunes decorre de uma utilização irônica. Nas páginas de *O esplendor de Portugal* ecoam clamores e lances sombrios do perdurável império português que apresentam o avesso, o aspecto adverso, o lado anti-heroico das glórias passadas. O romance divide-se em fragmentos de narrativas que comportam vozes e memórias que avançam e recuam no tempo em um processo constante de equacionamento do passado, recuperando, através do ponto de vista de cada uma das diferentes personagens, o conturbado pregresso familiar em Angola, enquanto colônia de Portugal, em uma época demarcada por vivência de traumas e escândalos diversos. O trecho adiante é um desses momentos em que a mescla de tempo histórico e espaços geográficos se configuram com nitidez. O tempo presente de Lisboa e o espaço de Almada, mencionados, mesclam-se ao tempo de expulsão em Angola e ao cenário percorrido nesse retorno para a Metrópole:

— Já não vês os teus irmãos há 15 anos
fiquei sozinho na cozinha a ouvir o zumbido do frigorífico e a olhar os morros da Almada, a olhar a fazenda do postigo do jipe à medida em que nos afastávamos pelos buracos da picada que dividia os girassóis murchos até ao alcatrão (Antunes, 1999, p. 12).

Em termos composicionais, a narrativa deslancha em um fictício 24 de dezembro de 1995, em torno da expectativa de se reunir novamente membros da parentela para a ceia de Natal, num bairro popular de Lisboa, local periférico de acolhimento de restituídos do além-mar africano. A constituição do enredo configura-se, efetivamente, em fragmentos narrativos que comportam vozes, clamores, lembranças, reminiscências que progridem e retrocedem no tempo de modo pendular, em um processo constante de (re)conhecimento de um passado distante, ou nem tanto. Essa estratégia compositiva recobra e emoldura, através da perspectiva privilegiada de cada uma das personagens narradoras mais relevantes do entrecho, no que concerne ao reavivamento de experiências próprias ressentidas, a exposição (in)completa e estilhaçada de trajetórias existenciais

conturbadas no transcurso em ebulição da colônia e no transcurso em resignação da ex-metrópole. Durante um momento de reflexão Clarice, irmã de Carlos e também uma personagem-testemunha, reverbera essa condição:

há alturas felizmente em que me esqueço da África, da fazenda, da disposição dos quartos, dos guarda-sóis abertos no terraço, das picadas sem fim para lado nenhum a não ser mais algodão, mais aldeias, mais mangueiras, mais senzalas com a cantina a um extremo, mais doentes, mais miséria, as filhas indianas do administrado do Cotonang, silenciosas e esféricas, brincavam comigo no jardim num vagar solene, o administrador, no escritório, impunha taxas à minha mãe, prazos de entrega, custos, percentagens (Antunes, 1999, p. 285-286).

As conturbadas mudanças sociais causadas pela descolonização em *O esplendor de Portugal* consubstanciam o âmago da intriga romanesca delimitada por lapsos temporais e espaciais, uma movimentação da memória afetiva e defectiva de indivíduos solapados entre a colônia e metrópole. Lobo Antunes explora o roteiro de desagregação de uma família de colonos portugueses que vivia em Angola e que, após a Revolução dos Cravos e o início da guerra civil naquele longínquo país africano, vê-se obrigada a dividir-se, abruptamente, por necessidade de sobrevivência e por interesses econômicos escusos. Isilda, a matriarca dessa família e que assume a posição de quem ficará em Angola, reproduz aos seus filhos, quando os coloca a caminho de Lisboa: “Angola acabou para vocês ouviram bem Angola acabou para vocês” (Antunes, 1999, p. 102). Enquanto que os filhos Carlos, Rui e Clarisse partem para Portugal a fim de fugirem da violência, Isilda, a matriarca da família, decide permanecer no país, mesmo em meio aos conflitos beligerantes, com o intento de assegurar a posse dos bens auferidos ao longo de décadas, assente na utilização de métodos truculentos de exploração da mão-de-obra negra compelida, baseados no racismo cotidiano, por parte de uma família de colonos brancos instalados no continente africano há anos sem conta, como se pode perceber na voz da líder da linhagem:

Compreendi que a casa estava morta quando os mortos principiaram a morrer [...]. O autêntico coração da casa eram as ervas sobre as campas ao fim da tarde ou no princípio da noite, dizendo palavras que eu entendia mal por medo de entender, não o vento, mas as folhas, vozes que contam uma história sem sentido de gente e bichos e assassínios e guerra como se segredassem sem parar a nossa culpa, nos acusassem, repetindo mentiras, que a minha mãe e a minha família antes da minha tinham chegado como salteadores e destruído a África, o meu pai aconselhava
— Não ouças (Antunes, 1999, p. 74).

Tal romance de Lobo Antunes desvenda as contradições do império português e as instabilidades da transtornada descolonização. Os colonos desandados, de maneira geral, ao regressarem à antiga metrópole, passam a viver em um não-lugar de reconhecimento público, mantendo-se em circunstâncias irremediavelmente ambivalentes, pois, apesar de serem portugueses de origem, muitos haviam nascido no continente negro, tendentes a constituir uma identidade pessoal irresoluta. Por intermédio de diferentes perspectivas narratológicas, são revelados os dissabores do colonialismo e da anacrônica permanência portuguesa na África, abalizados por modos de brutalidade extrema, como o racismo segregacionista da colônia e a espoliação juridicamente autorizada dos negros trabalhadores. A nada exemplar ascendência de colonos portugueses emblemáticos acaba por apresentar-se como um símbolo medular do terceiro ciclo histórico do império luso, uma vez que as estruturas sociais emergem assinaladas por ocultações, padecimentos e uma infundável rede de embustes e engodos, responsável por dar sustentação à ilusória imagem de unidade e integridade cultural e territorial das províncias de além-mar, inverossímeis àquela altura de uma movimentação histórica de jugo imperial em desmantelamento global. Mais uma vez, conforme o prisma em realce da personagem genitora Isilda:

e então um dia, não no meu tempo que não tenho tempo mas provavelmente no teu explicava meu pai os que não engordarem o caju esquarterado nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos pelos americanos, os russos, os franceses, os ingleses que nos não aceitam aqui para chegarmos a Lisboa onde nos não aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguel em quarto de aluguel nos subúrbios da cidade [...] encafuados também em hotéis devolutos, hospitais, sanatórios, armazéns, longe o bastante para os não desgostarmos com a nossa presença (Antunes, 1999, p. 244-245).

Outrossim, a especial representação do núcleo familiar de colonos retornados em *O esplendor de Portugal* parece ter por objetivo literário principal indagar o perturbador mutismo privado e público-institucional que Portugal manteve sobre o processo de descolonização e o término imponderado, desorientado, desnorteado do império português na África. Dado à estampa mais de duas décadas depois do 25 de Abril de 1974, o romance em vista apregoa o anseio de que os cidadãos lusitanos redimensionem as máculas propiciadas pelo colonialismo ainda tão em surdina na memória tensionada da nação. Lobo Antunes, em uma obra deveras expressiva nos planos estético e ideológico, por intermédio da representação de vários narradores personagens atormentados pelos descabros da memória colonial, dá voz e vez a toda uma geração de portugueses regressados que foi negligenciada pelo poder estatal e rechaçada pelas classes dominantes, revelando, assim, que os efeitos socioculturais e político-econômicos da descolonização ainda podem ser visíveis na conformação nacional contemporânea, concretizados na trajetória irresoluta de figuras anônimas, responsáveis pela última viagem de uma estrutura secular arruinada. A reminiscência agudizada dos retrocedidos ou ainda dos que estão em deambulação, representantes dos restos do império, edifica em *O esplendor de Portugal* um mosaico impetuoso das fraturas da descolonização que, em nada lúcido, evidencia-se como um ato estético-narrativo de questionamento taciturno da identidade luso-ibérica e europeia no período de um incarácterístico pós-tudo. A obra antuniana em exame é parte de um projeto romanesco mais amplo do autor, que recompõe ficcionalmente a desditosa e desafortunada memória histórica coletiva da nação retornada depois de séculos fora de casa e de si, em âmbito público e privado, tendo em vista o fim do esclerosado império colonial e suas consequências na vida hodierna do velho continente.

O ROMANCE PORTUGUÊS DA DESCOLONIZAÇÃO: O EX-IMPÉRIO ESCREVE SOBRE A VOLTA

As décadas de 1960 e de 1970 ficaram marcadas por um número relevante de países africanos que conquistou sua independência das potências coloniais europeias. Apesar de algumas transições pacíficas, houve um grande número de oposições armadas e conflitos sangrentos. O governo ditatorial português foi o que mais apresentou óbices aos processos de independência de suas ex-colônias asiáticas e africanas, especialmente por conta da duradoura conformação política salazarista e estadonovista (1933-1974) e sua posição conservadora em relação ao colonialismo luso-ibérico. Mesmo assim enfrentou forte resistência bélica em certos territórios ocupados do continente negro, com ações guerrilheiras incisivas pela autonomia das jurisdições tomadas, ademais, a descolonização africana foi fator notadamente determinante para a eclosão da Revolução dos Cravos. Dessa maneira, foram muitas as estratégias de conquista de emancipação por parte das colônias africanas, das campanhas midiáticas de pressão aos organismos internacionais às façanhas armadas. De tal modo, foi somente na segunda metade do século XX que os movimentos de libertação africano garantiram a formação de nações livres, ao menos formalmente, depois de expulsar pela força das medidas compulsórias os antigos colonizadores ocidentais, ou determinar, pela via da luta armada cruenta, o fim do império colonial português nos trópicos, delimitando o caráter de excepcionalidade de tal conjuntura em circunscrição lusófona. O romance português pós-25 de abril de 1974 elaborou ficcionalmente a derrocada de uma tal circunstância histórica de índole secular, resultante principalmente das lutas africanas por soberania e autogoverno, que chegam ao cinquentenário neste ano marcante

de muitas reflexões e de questionamentos sobre o tópico em relevo. Carlos Reis (2005, p. 287) afirma que o romance português pós-25 de Abril caracteriza-se por três decisivas tendências predominantes: o romance de revisão da História, o romance de autoria e temática feminina e o romance sobre a guerra colonial, o que espelharia a literatura produzida depois da Revolução dos Cravos de 1974. Para Margarida Calafate Ribeiro:

É na verdade incontestável que com o 25 de Abril outro *andamento* começava nos mais variados sectores da vida portuguesa. Como sublinha Luís de Sousa Rebelo, com ele findava o Portugal colonizador, cuja fisionomia começara a desenharse no final do século XIX e condicionaria toda a política portuguesa. Os grandes acontecimentos que marcaram a vida portuguesa desde então - o regicídio, a Primeira República, a participação de Portugal na Primeira Grande Guerra, o Estado Novo e o seu derrube, ou seja, o 25 de Abril de 1974 - todos eles apresentam uma relação comprometida com a presença portuguesa além-mar [...]. O fim do colonialismo que o 25 de Abril trazia tem naturalmente consequências profundas que nos levam a repensar a ideia de Portugal, a sua imagem, a sua forma de estar no mundo. Mas para entender o novo *andamento* que o 25 de Abril trazia era preciso compreender melhor a significação do que é que acabava [...]: o quanto do que acabava trazia em si a possibilidade de um novo *andamento* e o quanto do que terminava ficaria directa ou indirectamente presente nas várias imagens a partir de então projectadas (Ribeiro, 1998, p. 126, grifos da autora).

“Se não há ‘o’ romance sobre a Revolução dos Cravos, há de qualquer modo narrativas que ontologizam a crise – identitária, estética, política – daquele tempo” (Vecchi, 2010, p. 24). Sem quaisquer indícios estético-ideológicos de nostalgia colonial, a obra em atenção de Lobo Antunes dá a ver um tempo histórico convulsionado por tais agitações marcantes da era pós-imperial, em que conflitos agudos refletidos em decomposição social colocam em risco formações nacionais em ascensão ou em mutação, temporalidades múltiplas em que grupos subalternizados historicamente lutam por autonomia e emancipação, entretanto, o momento figurado nas narrativas é de ruína, de desmonte, de pesadelo, de derrocada, sem vislumbre utópico, pois predomina um ordenamento histórico contemporâneo caracterizado por formas argutas, híbridas de exercício de poderes de exceção no cotidiano, caracterizado ainda por arbítrio, dogmatismo, prepotência, inflexibilidade e inclemência. Assim condensa Ana Paula Arnaut o projeto literário do aclamado escritor lusitano:

A “memória de elefante” de António Lobo Antunes, traduz-se, pois, [...] na recuperação de uma memória individual. No caso da temática da Guerra Colonial, ou, em termos mais gerais, da temática da África, esta transforma-se, paulatinamente, em memória coletiva. Não por acaso, portanto, em apontamentos de cariz doutrinário ou no corpo da própria obra, se encarrega o autor de sublinhar a necessidade e a vontade de contrariar o “fundamento de amnésia coletiva” que, após a Revolução de Abril, ensombrou a sociedade portuguesa (Arnaut, 2009, p. 27-28).

Por isso mesmo, o significativo romance em foco de Lobo Antunes, *O esplendor de Portugal*, tende a apresentar um retrato contundente da descolonização africana como um reflexo do pós-25 de Abril de 1974 (A Revolução dos Cravos e suas transformações indômitas), dando a ver o caos instalado em Angola e em Portugal, vislumbrado nos relatos ou testemunhos eloquentes de membros de uma família destrocada de retornados e/ou deambulados, sem bússola existencial-identitária à mão. O declínio inevitável é entrevisto na figuração literária da trajetória de um clã dilacerado de ex-colonos prepotentes e desumanos, um itinerário que se funde aos últimos momentos de decrescente domínio imperialista, aos desdobramentos imprevisíveis de uma sublevação que derrubou uma longa ditadura fascista, aos primeiros anos da independência com uma guerra civil de permeio numa antiga possessão africana, entre outros fatores determinantes. Em suma, a catastrófica metáfora fa-

miliar central explicita uma conformação histórico-ficcional de contornos antiépicos acerca do desmoronamento final de um prolongado projeto nacional-autoritário de um país europeu de pretensa vocação índico-atlântica, cuja “ação conquistadora” foi sempre caracterizada pela violência e pelo aniquilamento de territórios e povos submetidos ao tacão colonialista.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, António Lobo. **O esplendor de Portugal**. 2 ed, Lisboa: Dom Quixote, 1999.
- ARNAUT, Ana Paula. **António Lobo Antunes**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Emanuel Paulo Ramos (ed.). Porto: Porto Editora, 1972.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 11 ed, Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rev. Técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LUKÁCS, György. Nota sobre o Romance. In: NETTO, José Paulo (org.). **Georg Lukács**. Trad. José Paulo Neto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 177-188.
- LUKÁCS, György. O romance como epopeia burguesa. In: CHASIN, J. (org.) *Ensaio Ad hominem*. Trad. de Letizia Zini Antunes. Tomo II (Música e literatura). São Paulo: Ad Hominem, 1999.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LOURENÇO, Eduardo. **O canto do signo**. Existência e literatura. Lisboa: Presença, 1994.
- LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. 4 ed, Lisboa: Gradiva, 2005.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Trad. de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.
- REIS, Carlos. **História crítica da literatura portuguesa IX**. Do neo-realismo ao post-modernismo. Lisboa: Verbo, 2005.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Percursos africanos: a guerra colonial na literatura pós-25 de abril. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, Dartmouth (University of Massachusetts), p.125-152, 1998.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.
- SEIXO, Maria Alzira. **Os romances de António Lobo Antunes**. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
- VECCHI, Roberto. **Excepção atlântica**. Pensar a literatura da guerra colonial. Porto: Afrontamento, 2010.